

ALEXANDRE CARVALHO



Martins Pereira (em primeiro plano) critica Porter: "Em Portugal não temos 'clusters' nenhuns"

Ministério do Mar baixa taxas e exige qualidade nos portos

A REDUÇÃO das taxas administrativas portuárias, entre as quais as do porto e da cabotagem, e a realização de "planos de qualidade" nos principais portos foram as duas medidas anunciadas pelo ministro do Mar, na sexta-feira à noite, em Lisboa, no encerramento do encontro "A competitividade dos portos portugueses" que se realizou na sede da Ordem dos Engenheiros (Sul).

Azevedo Soares esclareceu que a descida das taxas administrativas será comunicada dentro de dias às autoridades portuárias nacionais, e que será feita de forma "consciente, porque não é matéria simples...". O Ministério do Mar pretende com esta medida contribuir para a diminuição dos custos portuários, baixando o montante que as administrações e as juntas portuárias cobram.

Ao mesmo tempo, Azevedo Soares anunciou que vai pedir às principais administrações portuárias nacionais a realização de "planos de qualidade". O Governo pretende que as autoridades portuárias façam o levantamento das suas capacidades e garantam os clientes desses portos. Assim, o ministro espera que os portos deem garantias do tempo de espera de um navio no porto; caso seja ultrapassado, a autoridade portuária terá de "indenizar" esse cliente.

Passos insuficientes

Falando sobre a reestruturação portuária promovida no ano passado pelo Governo — e apresentada neste encontro pelo secretário de Estado ad-

junto do ministro do Mar, Prates Bebião —, Azevedo Soares afirmou que os passos dados foram "grandes, mas insuficientes". O ministério quer melhorar a qualidade do serviço portuário, "nomeadamente no que respeita a rapidez, comodidade, garantias e segurança", explicou. Para isso, conta com o apoio do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) já assinado e que até 1998 colocará à disposição das estruturas portuárias 58 milhões de contos, 49 dos quais de fundos comunitários. Do bolo global, 35 milhões serão destinados a infraestruturas, 15 à melhoria das acessibilidades aos portos e 4 milhões a portos de recreio. O ministro esclareceu que a distribuição destes fundos dependerá da capacidade das diferentes autoridades portuárias em apresentarem e executarem projectos capazes.

O encontro contou com a presença de cerca de 70 especialistas em portos, que debateram: "A competitividade da marinha mercante comunitária no novo espaço da União Europeia" (tema apresentado por Abraão de Carvalho, da DG III das Comunidades Europeias); "Os novos desafios da marinha mercante portuguesa no final do século XX" (João Carvalho, da Transisular); e "A reestruturação da operação e do trabalho portuário", (secretário de Estado Prates Bebião). Lisboa também esteve em foco, após o jantar, com a intervenção do presidente da Administração do Porto de Lisboa, Figueiredo e Sousa, que apresentou os novos projectos na sua área. ■

Paulo Vilarinho

Daniel Bessa propõe "Entidade financeira" regional

A CRIAÇÃO de "entidades financeiras regionais" vocacionadas para o financiamento das PME do Norte de Portugal foi a proposta apresentada na sexta-feira, no Porto, por Daniel Bessa, num seminário organizado pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), tendente a reforçar os laços de cooperação entre o Norte e a Galiza.

A proposta avançada por Bessa decorre do facto de as condições de financiamento do sistema produtivo norteño constituírem um "factor relevante de vulnerabilidade estrutural", num quadro empresarial marcado por algumas debilidades. Designadamente, o carácter fechado dos capitais próprios das PME, a sua "origem predominantemente familiar" e a insufi-

ciente dotação de capitais próprios. Desta última característica decorre "um endividamento frequentemente excessivo, quase sempre perante o sistema bancário".

Uma outra hipótese avançada pelo professor da Faculdade de Economia do Porto consiste na criação de uma sociedade de capital de risco ou de capital semente, vocacionada para a "resolução da falta de capitais" das PME. Finalmente, e uma vez criadas as "condições favoráveis de trabalho", a aproximação das economias norteña e galega seria potenciada pela constituição de "um segundo mercado de acções em Bolsa", com extensão à Galiza dos mercados de futuros e opções em vias de constituição na Bolsa de Valores do Porto. ■

José Martins Pereira

"Seremos sempre subalternos"

OS VISIONÁRIOS de uma indústria nacional moderna e competitiva no contexto dos países mais desenvolvidos ficariam por certo desanimados se presenciassem a conferência proferida, na passada quinta-feira, em Matosinhos, por José Martins Pereira, ex-secretário de Estado da Indústria e autor de vários títulos sobre a matéria. Afinal, nem "a corrida aos subsídios" dos fundos estruturais nem as revelações do relatório Porter podem evitar o inevitável. "Não temos senão condições para continuar a ter uma indústria subalterna." Em vez de se concretizar a tão propalada aproximação aos paradigmas industriais mais evoluídos tecnologicamente, "a distância que deles nos separa continuará a ser mantida nos próximos anos".

O retrato é feito por quem se auto-intitula um "crítico das ortodoxias" e contém "pinçeladas de alabastro", como o próprio Martins Pereira avisou no início da conferência. Mas o orador não lhe confere o carácter "de uma visão catastrofista". Pedindo desculpas por "não ser optimista mas apenas realista" no contexto das suas "convicções",

o colaborador da revista "Combate" adverte, no entanto, que a subalternidade a que estamos condenados "não é vergonha nenhuma, pois nessa condição está a maioria esmagadora dos países do mundo".

Quais as razões para os limites traçados? Enquanto a maioria dos especialistas vislumbra na abertura da economia nacional o esteio de base para o crescimento, Martins Pereira contradiz a teoria pelo recurso a duas parábolas: primeiro, diz que a abertura das fronteiras sugere o cenário de "uma raposa livre num galinheiro livre". Para depois aprofundar as suas dúvidas da bondade da abertura recorrendo a uma citação de "um filósofo francês do século passado" que reza assim: "Entre o fraco e o forte é a lei que liberta e a liberdade que oprime".

Contra o neoliberalismo

Martins Pereira lança o anátema sobre os adeptos incondicionais do neoliberalismo, mas não defende o isolamento como solução alternativa. Diz apenas pronunciar-se sobre "a realidade da indústria nacional."

Em que a euforia provocada pelo "boom" das exportações de componentes eléctricos e electrónicos é uma ilusão por resultar "de uma tecnologia ridícula e de mão de obra barata" liderada pelos "novos beduínos que um dia fecham a tenda e se vão embora"; que a produção de electrodomésticos e termodomésticos "não tem nada a ver com a agilidade dos empresários portugueses por depender fortemente das multinacionais"; que as indústrias tradicionais estão "isoladas nas teias da subcontratação".

Duas excepções: os moldes — "um milagre, um caso único" — e os componentes para automóveis, que apesar de estarem "cada vez mais ligados às empresas estrangeiras sempre deixam alguma tecnologia". De resto, este "é o único sector que resulta de facto de uma opção de política económica, tomada em 1979". Tudo o resto está dependente das procuras dos mercados mais fortes e da "distância abissal a que estamos do mundo dos negócios internacional". Uma vez mais o exemplo dos limites impostos pela "dependência de terceiros."

Como não poderia deixar

de ser, veio à tona "a confusão introduzida pelo relatório Porter". Martins Pereira define-o como "um estudo interessante", mas as mensagens que deixa parecem-lhe superficiais: "Diz-nos para descobrir o que temos de único, especial e diferenciado e nós nem ninguém tem nada que seja único, especial e diferenciado; diz-nos para desenvolver uma procura especializada e criar casos de sucesso; mas como é que isso se faz?". Para Martins Pereira, a receita de Porter faz lembrar o antídoto "capaz de evitar a despromoção do Estoril-Praia da Primeira Divisão". Então como? "Compre três ou quatro craques estrangeiros, melhorem a vossa organização, arranjam grandes patrocinadores e procurem vultuosos contratos com a TV e um dia serão campeões."

Para Martins Pereira, o recado de Porter mais não faz que deixar um recado subliminar: "Diz-nos que não vamos passar dos limites" da indústria tradicional. De resto, "em Portugal não temos 'clusters' nenhuns. O que nós temos são bases de 'clusters' integrados em redes que não controlamos". ■

Manuel Carvalho